tenham sido entretanto praticados e cuja regularidade dependa da sua conformidade com a presente lei.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Março de 2005. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — António Luís Santos Costa — Diogo Pinto de Freitas do Amaral — Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha — Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira — Luís Filipe Marques Amado — Alberto Bernardes Costa — Francisco Carlos da Graça Nunes Correia — Manuel António Gomes de Almeida de Pinho — Jaime de Jesus Lopes Silva — Mário Lino Soares Correia — José António Fonseca Vieira da Silva — António Fernando Correia de Campos — Maria de Lurdes Reis Rodrigues — José Mariano Rebelo Pires Gago — Maria Isabel da Silva Pires de Lima — Augusto Ernesto Santos Silva.

Promulgado em 9 de Abril de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Abril de 2005.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Declaração de Rectificação n.º 29/2005

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 33-A/2005, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 33 (suplemento), de 16 de Fevereiro de 2005, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 2.º, na parte que altera o n.º 1 do anexo II do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, onde se lê «VRD (índice *m*) = KMHO (índice *m*) × [PF(VRD) (índice *m*) + PV(VRD) (índice *m*) + PA(VRD) (índice *m*) × Z] × [IPC (índice *m*-1)/IPC (índice *ref*)] × [1/(1-LEV)]» deve ler-se «VRD (índice *m*) = [KMHO (índice *m*) × [PF(VRD) (índice *m*) + PV(VRD) (índice *m*) + PA(VRD) (índice *m*) × Z] × [IPC (índice *m*-1)/IPC (índice *ref*)] × [1/(1-LEV)]».

No artigo 9.º, na parte em que republica aquele n.º 1, onde se lê «VRD (índice *m*) = KMHO (índice *m*) × [PF(VRD) (índice *m*) + PV(VRD) (índice *m*) + PA(VRD) (índice *m*) × Z] × [IPC (índice *m*-1)/IPC (índice *ref*)] × [1/(1-LEV)]» deve ler-se «VRD (índice *m*) = [KMHO (índice *m*) × [PF(VRD) (índice *m*) + PV(VRD) (índice *m*) + PA(VRD) (índice *m*) × Z] × [IPC (índice *m*-1)/IPC (índice *ref*)] × [1/(1-LEV)]».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 11 de Abril de 2005. — O Secretário-Geral, José M. Sousa Rego.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 114/2005

Por ordem superior se torna público que, em 30 de Dezembro de 2003 e em 25 de Fevereiro de 2005, foram emitidas notas, respectivamente pela Embaixada da Ucrânia em Lisboa e pelo Ministério dos Negócios

Estrangeiros de Portugal, em que se comunica terem sido cumpridas as respectivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre Migração Temporária de Cidadãos Ucranianos para a Prestação de Trabalho na República Portuguesa, assinado em Kiev em 12 de Fevereiro de 2003.

Por parte de Portugal o Acordo foi aprovado pelo Decreto n.º 3/2005, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 31, de 14 de Fevereiro de 2005.

Nos termos do artigo 9.º do Acordo, este entrará em vigor no dia 27 de Março de 2005.

Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, 25 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral, José Duarte Sequeira e Serpa.

Aviso n.º 115/2005

Por ordem superior se torna público que, em 19 de Maio de 2004 e em 19 de Fevereiro de 2005, foram emitidas notas, respectivamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro, em que se comunicava a aprovação do Acordo sobre a Sucessão dos Tratados Vigentes entre a República Portuguesa e a Antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia, assinado em Lisboa em 3 de Março de 2003.

Por parte de Portugal o citado Acordo foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2004, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 101, de 29 de Março de 2004.

A Nota emitida pela Embaixada de Portugal em Belgrado acusando recepção da Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro data de 19 de Fevereiro de 2005, pelo que, em consonância com o artigo 3.º, n.º 1, do referido Acordo, o mesmo entrará em vigor no 30.º dia subsequente, ou seja, em 21 de Março de 2005.

Direcção-Geral das Relações Bilaterais, 3 de Março de 2005. — O Director dos Serviços da Europa, Pedro Costa Pereira.

Aviso n.º 116/2005

Por ordem superior se torna público que o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia notificou, por nota de 10 de Fevereiro de 2005, ter a República Helénica depositado, em 17 de Janeiro de 2005, o instrumento de ratificação da Convenção Relativa à Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à Convenção Relativa à Eliminação da Dupla Tributação em Caso de Correção de Lucros entre Empresas Associadas, assinada em Bruxelas em 21 de Dezembro de 1995 (a seguir «Convenção»).

Nos termos do artigo 5.º, a Convenção entra em vigor na República Helénica em 1 de Abril de 2005.

Portugal é Parte desta Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 40/97 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 40/97, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 135, de 14 de Junho de 1997.

A Convenção está em vigor nos Estados membros nas datas seguintes:

Em 1 de Maio de 1999, na Dinamarca, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Finlândia e Reino Unido;

Em 1 de Outubro de 1999, na Áustria;
 Em 1 de Janeiro de 2000, na Espanha;
 Em 1 de Abril de 2000, na Suécia;
 Em 1 de Outubro de 2000, na Alemanha;
 Em 1 de Abril de 2002, na Bélgica;
 Em 1 de Fevereiro de 2003, na França;
 Em 1 de Maio de 2004, na Irlanda;
 Em 1 de Abril de 2005, na Grécia.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, 3 de Março de 2005. — O Director do Serviço de Assuntos Jurídicos, *Luis Inez Fernandes*.

Aviso n.º 117/2005

Por ordem superior se torna público que o Governo da República Portuguesa depositou, em 15 de Fevereiro de 2005, o seu instrumento de ratificação relativo ao Protocolo de 2003 à Convenção Internacional para a Constituição de Um Fundo Internacional para a Compensação pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos, assinado em Londres em 30 de Julho de 2003.

O Protocolo de 2003 à Convenção Internacional para a Constituição de Um Fundo Internacional para a Compensação pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos foi aprovado pelo Decreto n.º 1/2005, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 20, de 28 de Janeiro de 2005.

Nos termos do disposto no seu artigo 21.º, o Protocolo entrará em vigor para a República Portuguesa em 15 de Maio de 2005.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 7 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 118/2005

Por ordem superior se torna público que, em 19 de Maio de 2004, o Tuvalu depositou o seu instrumento de aceitação às emendas à Convenção Instituidora da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, adoptadas pela Resolução A.315 (emendas aos artigos 10, 16, 17, 18, 20, 28, 31 e 32), assinadas em Londres em 17 de Outubro de 1974.

Portugal é Parte das mesmas emendas, adoptadas pela Resolução A.315, aprovadas pelo Decreto n.º 31/77, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 57, de 9 de Março de 1977, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 24 de Outubro de 1977, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 79, de 5 de Maio de 1978.

As emendas entraram em vigor para o Tuvalu em 19 de Maio de 2004.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 7 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 119/2005

Por ordem superior se torna público que, em 19 de Maio de 2004, o Tuvalu depositou o seu instrumento de aceitação às emendas à Convenção Instituidora da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, adoptadas pela Resolução A.400(X) na 10.ª Sessão da Assembleia Geral da Organização, assinadas em Londres em 17 de Novembro de 1977.

Portugal é Parte das mesmas emendas, adoptadas pela Resolução A.450(XI) na 11.ª Sessão da Assembleia Geral da Organização Marítima Internacional, aprovadas pelo Decreto n.º 126/82, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 259, de 9 de Novembro de 1982, tendo depositado o instrumento de adesão em 10 de Dezembro de 1982, conforme o aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 72, de 28 de Março de 1983, e tendo as mesmas entrado em vigor em 10 de Novembro de 1984 (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 48, de 25 de Fevereiro de 1984).

As emendas entraram em vigor para o Tuvalu em 19 de Maio de 2004.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 8 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 120/2005

Por ordem superior se torna público que, em 25 de Maio de 2004, a República da Lituânia depositou o seu instrumento de aprovação à emenda de Gaborone ao artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), assinada em Washington no dia 3 de Março de 1973.

Portugal é Parte da mesma emenda à Convenção, aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 17/88, de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 173, de 28 de Julho de 1988, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 5 de Março de 1992, conforme o Aviso n.º 132/92, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 197, de 27 de Agosto de 1992.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 8 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Assembleia Legislativa Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2005/M

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar a partir de Janeiro de 2005 na Região Autónoma da Madeira

O Decreto-Lei n.º 242/2004, de 31 de Dezembro, fixou o novo montante do salário mínimo nacional, agora designado por retribuição mínima mensal garantida, a vigorar no ano de 2005.

A retribuição mínima assume, desde a sua instituição legal, especial importância seja no que respeita ao nível remuneratório directo do conjunto dos trabalhadores que auferem esta remuneração seja como factor referencial de outros domínios e prestações.

A presente actualização tem em consideração a necessária racionalidade económica que a conjuntura actual exige face aos objectivos de competitividade e sucesso da economia nacional à escala mundial e no contexto de uma União Europeia alargada e o seu importante contributo no reforço da coesão social.